



Práxis Educativa (Brasil)

ISSN: 1809-4031

praxeducativa@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Brasil

Reis, Luiz Fernando; Fabris Bosio, Queila Franciéle; Deitos, Roberto Antonio
Dívida pública e financiamento do Ensino Superior e Profissional no Paraná (2003 a
2012)

Práxis Educativa (Brasil), vol. 10, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 433-461
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89438284010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Dívida pública e financiamento do Ensino Superior e Profissional no Paraná (2003 a 2012)

Public debt and Higher Education and Professional Education financing in Paraná (2003-2012)

Deuda pública y financiamiento de la Educación Superior y Profesional en Paraná (2003 a 2012)

Luiz Fernando Reis*
Queila Franciéle Fabris Bosio**
Roberto Antonio Deitos***

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a evolução das despesas do estado do Paraná com o Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento) e com o financiamento das instituições estaduais de ensino superior (IEES) e do ensino profissional no período de 2003 a 2012. Os resultados do trabalho indicam que, no período de 2003-2012, o Paraná comprometeu parcela significativa do orçamento com o pagamento da dívida pública. Quanto ao financiamento das IEES, verificamos que no período de 2003 a 2005 ocorreu restrição orçamentária e a partir de 2006 houve aumento do percentual de recursos a elas destinado. Quanto ao financiamento do ensino profissional, constatou-se aumento do percentual de recursos, especialmente em 2007 e 2012 e uma significativa redução dos recursos destinados a esta modalidade de ensino nos anos de 2009 a 2011.

Palavras-chave: Dívida pública. Paraná. Financiamento.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the evolution of the costs of the state of Paraná with the Public debt service (interest rate, amortizations and refinancing costs) and the financing of state institutions of Higher Education (IEES) and Professional Education from 2003 to 2012. The results indicate that, in the analyzed period, the state of Paraná has committed a significant portion of its budget to the payment of public debt. Regarding the financing of IEES, we verify that between 2003 and 2005

*Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Cascavel. E-mail: <reisluzfernando@gmail.com>

**Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu. E-mail: <queilafabris@gmail.com>

***Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Cascavel. E-mail: <rdeitos@uol.com.br>

a budget constraint occurred, and from 2006 there was an increase in the percentage of resources allocated to it. Regarding the financing of Professional Education, we observed an increase in the percentage of resources, especially in 2007 and 2012, and a significant reduction in resources for this type of education from 2009 to 2011.

Keywords: Public debt. Paraná. Financing.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar la evolución de los gastos del estado de Paraná con el servicio de deuda pública (intereses, amortizaciones y costos con el refinanciamiento) y con el financiamiento de las instituciones estadales de enseñanza superior (IEES) y de enseñanza profesional en el período del 2003 al 2012. Los resultados del trabajo indican que, en el período 2003-2012, Paraná comprometió parte significativa del presupuesto con el pago de la deuda pública. En cuanto al financiamiento de las IEES, verificamos que en el período 2003-2005 se produce una restricción presupuestaria y a partir del 2006 hubo aumento del porcentaje de los recursos destinados a ellas. En cuanto al financiamiento de enseñanza profesional, se constató el aumento del porcentaje de recursos, especialmente en 2007 y 2012 y una significativa reducción de recursos destinados a esta modalidad de enseñanza en los años 2009 a 2011.

Palabras clave: Deuda pública. Paraná. Financiamiento.

Introdução

A crise financeira que eclodiu em 2008 colocou o problema do endividamento público no centro do debate em todo o mundo. No Brasil, a elevada subtração de recursos da União e dos estados, com o pagamento da dívida pública, tem exigido da população enormes sacrifícios, com o aumento da carga tributária e a insuficiência dos serviços públicos, agravando a situação social (FATTORELLI, 2013).

A destinação, pelo poder público, de uma parcela significativa dos recursos orçamentários para o pagamento do Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento) a grandes grupos financeiros e fundos de investimento e de pensão inviabiliza a ampliação dos recursos destinados às políticas sociais de modo a cumprir as promessas inscritas na chamada “Constituição Cidadã” de 1988.

A Constituição Federal de 1988 determinou, em seu artigo 212, que os estados deverão aplicar pelo menos 25% de suas receitas de impostos, somadas às transferências do governo federal, em manutenção e desenvolvimento do

ensino (MDE). No Paraná, tal determinação foi incorporada ao artigo 185 da Constituição Estadual.

A partir de 2007, por determinação da Emenda Constitucional nº 21/2007 que deu nova redação ao artigo 185 da Constituição Estadual, o estado do Paraná passou a aplicar pelo menos 30% das suas receitas de impostos nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, incluindo os recursos destinados à educação básica e às instituições estaduais de ensino superior (IEES), mantidas pelo governo paranaense.

O presente trabalho¹ trata das despesas do estado do Paraná com o Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento) e com o financiamento das IEES e do ensino profissional e tem como objetivo analisar a evolução dessas despesas no período de 2003 a 2012 (Governos Requião e Beto Richa). Para alcançar esse objetivo, consultamos informações disponibilizadas pelo Governo do Paraná, por meio do Tribunal de Contas e das Secretarias da Fazenda (SEFA), da Educação (SEED) e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Estruturalmente, o trabalho está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discorremos sobre as despesas do estado do Paraná com o Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento), bem como o montante da dívida total do Estado no período de 2003 a 2012. Na segunda seção, tratamos do financiamento das IEES no Paraná, apresentando informações a respeito dos recursos destinados pelo Estado, no período de 2003 a 2012, para o financiamento das atividades desenvolvidas pelas IEES. Na terceira seção, tratamos do financiamento público do ensino profissional no Paraná, apresentando informações a respeito dos recursos destinados pelo Estado, no período de 2003 a 2012, para esta modalidade de ensino.

¹ As seções 1 e 2 deste trabalho, desenvolvidas por Luiz Fernando Reis, são o resultado parcial da pesquisa, em andamento: *Expansão da Educação Superior no Brasil (OBEDUC)* - subprojeto *Políticas de Financiamento da Educação Superior no Brasil* – financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tal pesquisa vem sendo desenvolvida por diversos pesquisadores vinculados à Rede Universitas/BR. A seção 3 é resultado parcial da dissertação de mestrado: *Financiamento da Política Pública para a Educação Profissional no Estado do Paraná*, desenvolvida por Queila Franciele Fabrís Bosio, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGE-Unioeste) e de reflexões oriundas do projeto de pesquisa: *Estado e política de educação profissional: os motivos socioeconómicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional paranaense*, vinculado ao estágio de pós-doutorado desenvolvido por Roberto Antonio Deitos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com apoio e financiamento da Fundação Araucária/SETI/Governo do Paraná.

Despesas do estado do Paraná com o serviço da dívida pública

No período de 2003 a 2012 houve redução, em termos percentuais, das despesas orçamentárias com o Serviço da dívida total do estado do Paraná (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento), quando comparadas com o total das despesas executadas em todas as funções. A dívida total do Estado inclui as dívidas interna e externa, precatórios, outras dívidas da administração direta e indireta e o parcelamento (refinanciamento) da dívida.

Tabela 1 - Execução do orçamento do estado do Paraná: despesas selecionadas (2003-2012) (Em valores percentuais)

DESPESAS/ FUNÇÕES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média 2003- 2012
LEGISLATIVA	1,77	1,82	1,81	1,69	1,71	1,82	1,77	1,61	1,68	1,60	1,73
JUDICIÁRIA	4,79	4,68	4,42	4,85	4,94	4,90	4,85	4,92	6,14	5,12	4,96
ADMINISTRAÇÃO	2,45	9,86	3,30	2,95	2,35	2,26	2,07	2,17	2,29	2,57	3,23
SEGURANÇA PÚBLICA	6,30	2,52	6,30	6,75	6,50	6,29	6,10	6,31	6,53	7,17	6,08
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,49	0,37	0,78	0,85	0,89	1,00	1,21	0,86	0,75	0,73	0,79
PREVIDÊNCIA SOCIAL	14,99	15,39	14,66	14,63	9,66	9,31	9,37	9,53	10,68	14,35	12,26
SAÚDE	8,03	9,07	9,85	11,18	11,69	11,65	11,58	11,58	11,11	10,40	10,61
EDUCAÇÃO	12,61	17,03	17,43	18,64	25,01	25,99	26,21	26,06	25,51	21,34	21,58
URBANISMO	1,97	1,68	1,29	1,15	0,54	0,43	0,45	0,51	0,34	0,32	0,87
HABITAÇÃO	0,23	0,23	0,25	0,21	0,37	0,49	0,59	0,67	0,71	0,45	0,42
CIÉNCIA E TECNOLOGIA	0,93	0,82	0,75	0,94	1,10	1,00	1,04	1,10	0,80	1,04	0,95
AGRICULTURA	1,73	1,09	1,78	1,33	1,20	1,23	1,03	1,00	1,08	1,21	1,27
TRANSPORTE	2,38	2,82	4,31	4,46	2,73	2,31	2,90	3,58	2,78	2,63	3,09
OUTRAS DESPESAS ⁽¹⁾	29,21	21,73	23,15	22,12	22,81	23,03	23,27	22,58	22,03	24,09	23,40
SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL DO ESTADO	12,12	10,90	9,91	8,25	8,52	8,29	7,55	7,52	7,58	6,98	8,76
TOTAL DESPESAS (TODAS AS FUNÇÕES)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PARANÁ (2014). Elaboração nossa.

Nota: ⁽¹⁾ Na rubrica Outras Despesas estão incluídas as seguintes funções: Essencial à Justiça; Relações Exteriores; Trabalho; Cultura; Direitos de Cidadania; Gestão Ambiental; Saneamento; Organização Agrária; Indústria; Comércio e Serviços; Desporto e Lazer; Outros Encargos Especiais (excluídas as despesas com o Serviço da dívida total do Estado) e Reserva de Contingência.

Em 2003, o Serviço da dívida total do estado do Paraná era a terceira maior despesa orçamentária individual, ficava atrás apenas das despesas com Educação e Previdência Social, esta a maior despesa orçamentária individual do Estado. No período de 2003 a 2012, as despesas com o Serviço da dívida foram

reduzidas. Em 2012, passam a representar a quinta maior despesa orçamentária, ficando atrás das despesas com Segurança Pública, Saúde, Previdência Social e Educação. No período de 2003 a 2012, o estado do Paraná destinou, em média, 8,76% do orçamento para o Serviço da dívida pública, o que representou a quarta maior despesa orçamentária individual, ficando atrás apenas das despesas com Saúde (10,61%), Previdência (12,26%) e Educação (21,58%).

Na Tabela 2, apresentamos um comparativo entre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná e o montante da dívida pública do Estado.

Tabela 2 - Montante da dívida pública total do estado do Paraná, como percentual do PIB: 2002-2012 (Valores em R\$, preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

Ano	Montante Total Dívida		PIB PARANÁ		Relação % Dívida/ PIB (1)/(2)
	R\$ (1)	Evolução anual (%)	R\$ (2)	Evolução anual (%)	
2002	25.126.334.100		178.909.779.218		14,04
2003	21.991.829.949	-12,47	193.101.533.320	7,93	11,39
2004	23.289.854.298	5,90	202.619.911.964	4,93	11,49
2005	24.162.137.225	3,75	196.166.574.201	-3,18	12,32
2006	24.224.949.435	0,26	203.061.201.807	3,51	11,93
2007	23.564.519.062	-2,73	231.732.829.347	14,12	10,17
2008	27.566.534.228	16,98	243.275.716.306	4,98	11,33
2009	26.173.191.805	-5,05	245.820.211.446	1,05	10,65
2010	22.757.142.559	-13,05	267.653.559.223	8,88	8,50
2011	21.956.494.954	-3,52	276.496.126.424	3,30	7,94
2012	20.040.758.331	-8,73	280.295.545.257	1,37	7,15
Δ 2012-2003	-20%		45,15%		-49,07%

Fontes: PARANÁ (2013b); IPARDES (2013). Elaboração nossa.

Na Tabela 2, demonstramos que houve redução do montante da dívida pública do Paraná, quando comparada com o PIB do Estado. Em 31 de dezembro de 2002, a dívida equivalia a 14,04% do PIB e, em 31 de dezembro de 2012, passou a equivaler 7,15%. Nesse comparativo, demonstramos que houve redução de 49,07% da dívida pública, em relação ao PIB do Paraná. Entretanto, em termos financeiros, a dívida foi reduzida em apenas 20%: de R\$ 25,126 bilhões para R\$ 20,041 bilhões. Ademais, o montante da dívida como percentual do PIB não revela o sacrifício imposto à população, em função da política de ajuste fiscal adotada, para garantir o pagamento da dívida pública.

O estado do Paraná comprometeu um significativo montante de recursos do orçamento, no período de 2003 a 2012, para garantir a absoluta prioridade ao pagamento da dívida pública. O montante dos recursos orçamentários disponibilizado para o pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da

dívida revela o enorme sacrifício imposto à população paranaense, em termos de aumento da carga tributária e na restrição da oferta de ações e serviços públicos. Apesar de ter pago muito, o estado do Paraná continuou devendo bastante.

De acordo com o Balanço Geral do Estado, em 31 de dezembro de 2002, a dívida total do estado do Paraná era de R\$ 25,126 bilhões (PARANÁ, 2013b). No período de 2003 a 2012, o Paraná gastou R\$ 20,692 bilhões com o Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com refinanciamento) e, ainda, continuava devendo R\$ 20,041 bilhões, em 31 de dezembro de 2012 (PARANÁ, 2013b). Esses valores foram atualizados para janeiro de 2014 pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA).

As dívidas externa e, especialmente, a interna são as que têm maior peso na composição da dívida total do estado do Paraná (Tabela 3).

Tabela 3 - Montante da dívida pública total do estado do Paraná: 2003-2012 (Valores em R\$ milhões, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

DÍVIDA PÚBLICA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. INTERNA	17.253	17.665	18.288	16.306	16.222	16.467	14.869	14.964	14.319	13.966
2. EXTERNA	3.557	3.020	2.335	1.989	1.460	1.756	1.073	887	819	689
3. SUBTOTAL (1+2)	20.810	20.685	20.624	18.294	17.682	18.223	15.941	15.851	15.138	14.655
4. PRECATÓRIOS	1.050	1.200	2.118	2.262	2.444	5.576	5.681	5.448	5.323	4.215
5. OUTRAS DÍVIDAS (DIRETA E INDIRETA)	132	119	121	2.256	2.100	2.436	3.246	190	280	0
6. PARCELAMENTO	0	1.288	1.298	1.317	1.339	1.331	1.304	1.268	1.216	1.170
7. TOTAL (3+4+5+6)	21.992	23.292	24.161	24.223	23.565	27.567	26.173	22.756	21.956	20.041
% DÍVIDA INTERNA E EXTERNA/DÍVIDA TOTAL (3/7)	94,63	88,81	85,36	75,52	75,04	66,10	60,91	69,66	68,95	73,13

Fonte: PARANÁ (2013b). Elaboração nossa.

Em 2003, as dívidas interna e externa representavam 94,63% do montante da dívida total do estado do Paraná e passaram a representar, em 2012, 73,13%. No período de 2003 a 2012, as dívidas interna e externa representaram, em média, 75,81% da dívida total do Estado. Destaca-se nesse período, especialmente a partir de 2008, o crescimento constante do montante da dívida com precatórios.

Na Tabela 4, apresentamos as despesas do estado do Paraná com o Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento), no período de 2003 a 2012, destacando as despesas com o Serviço da dívida interna e externa.

Tabela 4 - Despesas com o serviço da dívida pública do estado do Paraná: 2003-2012
 (Valores em R\$ milhões, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

DESPESAS COM SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. INTERNA	1.335	1.349	1.474	1.293	1.374	1.429	1.415	1.429	1.333	1.332
2. EXTERNA	764	591	448	348	318	280	265	196	157	149
3. SUBTOTAL (1+2)	2.099	1.940	1.922	1.641	1.692	1.709	1.681	1.625	1.490	1.481
4. PRECATÓRIOS	74	78	99	158	228	224	232	408	647	683
5. OUTRAS DÍVIDAS (DIRETA E INDIRETA)	132	121	51	33	24	117	0	1	1	0
6. PARCELAMENTO	5	5	5	4	6	12	13	21	16	16
7. TOTAL (3+4+5+6)	2.311	2.143	2.077	1.836	1.950	2.061	1.925	2.055	2.154	2.180
% DÍVIDA INTERNA E EXTERNA/DÍVIDA TOTAL (3/7)	90,83	90,53	92,54	89,38	86,77	82,92	87,32	79,08	69,17	67,94

Fonte: PARANÁ (2013b). Elaboração nossa.

Em 2003, as despesas com o Serviço da dívida interna e externa consumiram R\$ 2,099 bilhões e representavam 90,83% das despesas com o Serviço da dívida total do Estado. Em 2012, consumiram R\$ 1,481 bilhão e passaram a representar 67,94%. No período de 2003 a 2012, as despesas com o Serviço da dívida interna e externa representaram, em média, 83,65% do Serviço da dívida total do Estado.

Parte da dívida do estado do Paraná foi refinanciada pela União em 1998, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal 9496/97. O saldo devedor foi refinanciado nos seguintes termos: taxa de juros compostos de 6% ao ano (Tabela Price) mais a correção pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

A dívida do Paraná refinaciada pela União, em 1998, era de R\$ 5,665 bilhões, em valores correntes. No período de 1998 a dezembro de 2012, o estado do Paraná pagou R\$ 10,199 bilhões de juros, encargos e amortizações para a União e continuava devendo, em dezembro de 2012, R\$ 9,288 bilhões, em valores correntes. Nesse período, apesar do enorme montante pago em juros e amortizações, a dívida do Paraná junto à União cresceu, em valores correntes, 63,95%. (PARANÁ, 2013b).

As despesas do estado do Paraná com juros, amortizações e encargos com o refinanciamento, bem como a evolução do montante da dívida pública já são uma razão suficiente para a realização de uma auditoria da dívida do Paraná que procure esclarecer a origem de tal endividamento e as condições em que foram

negociados e renegociados os empréstimos junto às entidades credoras. Há, ainda, outras perguntas que precisam ser respondidas:

1) De acordo com Fattorelli (2013), o valor inicial da dívida do estado do Paraná assumida pela União, em março de 1998, era de, aproximadamente, R\$ 520 milhões e o saldo devedor total inicial, resultante do refinanciamento, foi elevado para R\$ 5,7 bilhões, valor quase 11 vezes maior. Qual a origem dessa dívida?

2) A privatização do patrimônio público paranaense foi uma das condições impostas pela União para o refinanciamento da dívida do Estado. Qual foi o montante apurado com a privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado)?

3) Qual foi e qual tem sido o impacto do pagamento da dívida pública, em relação à quantidade e qualidade das ações e serviços públicos (educação, saúde, segurança pública) disponibilizados pelo Estado à população paranaense?

O financiamento do ensino superior no Paraná no período de 2003 a 2012

Nesta seção, analisaremos o financiamento das IEES do Paraná (universidades e faculdades estaduais), no período de 2003 a 2012, tomando como parâmetro dois indicadores: 1) a receita dos impostos destinada às IEES para o financiamento das atividades de ensino e contabilizada como despesas do Estado, constitucionalmente vinculadas, com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE); 2) os recursos destinados às IEES para o financiamento global de suas atividades com o ensino (despesas com ensino), com as clínicas e os hospitais universitários (gastos com saúde) e com parte do pagamento de pessoal envolvido em atividades de pesquisa (gastos com ciência e tecnologia).

No estado do Paraná, não há uma legislação que garanta uma fonte específica e permanente, um percentual da receita tributária, por exemplo, para o financiamento das IEES mantidas pelo Estado, como ocorre no estado de São Paulo. De acordo com Gutierrez e Catani (1996), as três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp), desde 1989, recebem um percentual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) para o financiamento de suas atividades. Em 1989, a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, por ocasião da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), definiu que as universidades estaduais receberiam 8,4% do ICMS (cota-partes estadual). Em 1992, tal percentual foi elevado para 9% e em 1995 para 9,57%. Os três segmentos da comunidade universitária paulista (estudantes, funcionários e professores) lutam pela ampliação desse percentual, considerado, já há algum tempo, insuficiente

para o financiamento das universidades paulistas. Entretanto, até a presente data, o governo paulista tem se negado a ampliar o percentual do ICMS destinado ao financiamento das universidades paulistas.

Não acreditamos, porém, que a definição de um percentual da receita tributária para o financiamento das IEES paranaenses, por si só, possa garantir a ampliação significativa do financiamento do ensino superior mantido pelo estado do Paraná. O percentual pode ser insuficiente e as condições impostas pelo governo estadual para a “concessão” da autonomia de gestão financeira e patrimonial podem estar ancoradas numa concepção privatista de autonomia. De acordo com tal concepção, defendida pelo Banco Mundial, a “autonomia universitária” constitui-se num instrumento por meio do qual o Estado poderá desonerar-se do financiamento integral das universidades públicas, obrigando tais instituições a buscarem fontes alternativas (financiamento privado) para complementar o financiamento público. O governo Lerner (1995-2002) chegou a apresentar um projeto de lei, em fevereiro de 2002, de vinculação do financiamento das universidades estaduais paranaenses a um percentual da arrecadação do ICMS e de “concessão da autonomia plena” às IEES paranaenses. Tal projeto, inspirado nas orientações do Banco Mundial, tinha um caráter privatista e significava um enorme retrocesso do ponto de vista do financiamento e do exercício da autonomia universitária, prevista no Art. 207 da Constituição Federal. Os movimentos representativos dos três segmentos da comunidade universitária se mobilizaram e impediram a aprovação de tal projeto (REIS, 2014a).

Os recursos globais destinados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) às IEES do estado do Paraná têm origem em três fontes:

a) A maior parte dos recursos é destinada ao financiamento das atividades de ensino e advém da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Tais recursos, somados aos recursos destinados à educação básica, são contabilizados como “despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino público”. De acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual, com nova redação dada pela emenda nº 21/2007, o Paraná aplicará, anualmente, 30% (trinta por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Antes do ano de 2007, o Paraná destinava 25% (vinte e cinco por cento) (PARANÁ, 1989).

b) Outra parte dos recursos é destinada à manutenção das clínicas e hospitais universitários e é contabilizada como “despesas com saúde”. Conforme determina a Emenda à Constituição Federal nº 29/2000, os estados deverão investir pelo menos 12% de suas receitas de impostos no financiamento do conjunto das ações e serviços de saúde.

c) Outra pequena parcela dos recursos é destinada ao pagamento de parte das despesas com pessoal docente (“pessoal de pesquisa”) e é contabilizada como “despesas com ciência e tecnologia”. O Art. 205 da Constituição Estadual determina que o estado do Paraná deve destinar, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica (PARANÁ, 1989).

O estado do Paraná, além das escolas de educação básica, mantém uma grande rede de instituições estaduais de ensino superior. Atualmente, o sistema estadual de ensino superior paranaense é composto por seis universidades: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); (Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e (Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). As universidades de Londrina, Maringá, do Oeste do Paraná e de Ponta Grossa contam com 4 hospitais universitários, com um total de 772 leitos. Nas tabelas 5 a 7, apresentamos a evolução dos cursos de graduação, de pós-graduação e do quadro de servidores (docentes e técnicos) das IEES paranaenses no período de 2002 a 2012.

Tabela 5 - Evolução dos cursos de graduação nas IEES paranaenses: 2002-2012

GRADUAÇÃO	2002	2003	2006	2009	2010	2011	2012	Δ % 2002-2010	Δ % 2010-2012
1. N.º DE CURSOS PRESENCIAIS	231	252	258	255	291	371	426	25,97	46,39
2. N.º DE CURSOS À DISTÂNCIA	0	0	1	13	21	19	16	-	-23,81
3. TOTAL DE CURSOS (1+2)	231	252	259	268	312	390	442	35,06	41,67
4. VAGAS OFERTADAS PRESENCIAIS	15.992	17.523	17.233	17.293	18.120	17.481	22.963	13,31	26,73
5. VAGAS OFERTADAS A DISTÂNCIA	0	0	200	4.795	7.107	6.464	66	-	-99,07
6. TOTAL DE VAGAS (4+5)	15.992	17.523	17.433	22.088	25.227	23.945	23.029	57,75	-8,71
7. CONCLUINTES CURSOS PRESENCIAIS	10.822	12.657	12.551	14.310	12.340	11.283	12.369	14,03	0,24
8. CONCLUINTES CURSOS A DISTÂNCIA	0	0	0	533	679	123	1.682	-	147,72
9. TOTAL CONCLUINTES (7+8)	10.822	12.657	12.551	14.843	13.019	11.406	14.051	20,30	7,93
10. MATRÍCULAS CURSOS PRESENCIAIS	65.891	71.621	72.851	74.668	63.493	66.799	66.514	-3,64	4,76
11. MATRÍCULAS CURSOS À DISTÂNCIA	0	0	175	6.581	12.262	16.095	10.326	-	-15,79
12. TOTAL MÁTRICULAS (10+11)	62.891	71.621	73.026	81.249	75.755	82.894	76.840	20,45	1,43

Fonte: PARANÁ (2013a).

Quanto à situação dos cursos de graduação presenciais, verificamos reduzida expansão no período de 2003 a 2010, resultante da política de contenção do crescimento adotada pelo governo Requião. Destaca-se nesse período, a partir de 2006, a criação dos cursos de graduação a distância. Esta modalidade de ensino, precarizada, foi a principal responsável, no período de 2003 a 2010, pelo crescimento do número de vagas e matrículas na graduação.

Durante o governo Requião (2003-2010), em relação ao ano de 2002, último ano do governo Lerner, verificamos um crescimento de 35,06% dos cursos de graduação (presenciais e a distância): de 231, em 2002, para 312, em 2010. Entretanto, enquanto o número de cursos de graduação presenciais apresentou um crescimento de 25,97% (de 231 para 291), os cursos de graduação a distância cresceram 2.000% (20 vezes): de 1, em 2006, para 21, em 2010. O número total de matrículas (presenciais e a distância) cresceu 20,45% (de 62.891 para 75.755). As matrículas nos cursos de graduação presenciais apresentaram redução de 3,64%: de 65.891, em 2002, para 63.493, em 2003. As matrículas nos cursos de graduação a distância apresentaram surpreendente crescimento de quase 7.000% (70 vezes): de 175, em 2006, para 12.262 matrículas, em 2010. O número total de vagas em cursos de graduação (presenciais e a distância) cresceu 57,75%: de 15.992, em 2002, para 25.227, em 2010. O número de vagas nos cursos de graduação presenciais cresceu 13,31%: de 15.992, em 2002, para 18.120, em 2010. As vagas nos cursos de graduação a distância apresentaram crescimento de quase 3.500% (35 vezes): de 200 vagas, em 2006, para 7.107, em 2010.

No governo Beto Richa (2011-2012), quando comparados os números com o ano de 2010, último ano do governo Requião, verificamos uma redução do ritmo de crescimento da educação a distância e retomada do crescimento das vagas e dos cursos de graduação presenciais. É evidente que apenas dois anos de mandato não são suficientes para avaliar as políticas de um determinado governo em relação à expansão da educação superior. Os números que apresentamos a seguir, relativos aos anos de 2011 e 2012 revelam uma tendência. Tal tendência poderá se confirmar ou não, ao final do governo Beto Richa.

No período de 2011 a 2012, em relação ao ano de 2010, verificamos crescimento de 41,67% dos cursos de graduação (presenciais e a distância): de 312, em 2010, para 442, em 2012. O número de cursos de graduação presenciais apresentou crescimento de 46,39% (de 291 para 426), os cursos de graduação a distância diminuíram 23,81%: de 21 para 16. O número total de matrículas (presenciais e a distância) cresceu 1,43% (de 75.755 para 76.840). As matrículas nos cursos de graduação a distância foram reduzidas em 15,79%: de 12.262, em 2010, para 10.326, em 2012. As matrículas nos cursos de graduação presenciais apresentaram um crescimento de 4,76%: de 63.493 para 66.514. O número de vagas em cursos de graduação presenciais, no período de 2011 a 2012, cresceu

26,73%: de 18.120, em 2010, para 22.963, em 2012. Destaca-se nesse período a redução de 99,07% de vagas em cursos de graduação a distância: de 7.107, em 2010, para 66 vagas em 2012. Em decorrência disso, o número total de vagas em cursos de graduação (presenciais e a distância), no período de 2011 a 2012, foi reduzido em 8,71%: de 25.227, em 2010, para 23.029, em 2012.

Durante os oito anos de mandato do governo Requião (2003-2010), o número de vagas ofertadas e de cursos de graduação presenciais cresceu 13,31% e 25,97%, respectivamente. No governo Beto Richa, em dois anos de mandato (2011-2012), o número de vagas ofertadas e de cursos de graduação presenciais cresceu 26,73% e 46,39%, respectivamente.

Tabela 6 - Evolução dos cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) nas IEES paranaenses: 2002-2012

PÓS-GRADUAÇÃO	2002	2003	2006	2009	2010	2011	2012	Δ 2002- 2010	Δ 2010- 2012
1. N.º DE CURSOS ESPECIALIZAÇÃO PRESENCIAIS	238	337	299	365	379	284	435	59,24	14,78
2. N.º CURSOS ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA	0	0	0	8	19	18	8	-	-57,89
3. TOTAL CURSOS ESPECIALIZAÇÃO (1+2)	238	337	299	373	398	302	443	67,23	11,31
4. N.º DE CURSOS MESTRADO	56	56	66	95	111	117	119	98,21	7,21
5. N.º DE CURSOS DOUTORADO	12	14	17	38	41	49	50	241,67	21,95
6. MATRÍCULAS ESPECIALIZAÇÃO PRESENCIAIS	7.302	10.724	10.146	7.288	10.722	6.113	12.043	46,84	12,32
7. MATRÍCULAS ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA	0	0	0	3.234	5.395	8.593	3.895	-	-27,80
8. TOTAL MATRÍCULAS ESPECIALIZAÇÃO (6+7)	7.302	10.724	10.146	10.522	16.117	14.706	15.938	120,72	-1,11
9. MATRÍCULAS - MESTRADO	1.814	2.161	2.285	4.061	4.698	3.530	3.790	158,99	-19,33
10. MATRÍCULAS - DOUTORADO	262	382	465	1.050	1.371	1.348	1.629	423,28	18,82
11. TOTAL MATRÍCULAS PÓS-GRADUAÇÃO (<i>STRICTO SENSU</i>) (9+10)	2.076	2.543	2.750	5.111	6.069	4.878	5.419	192,34	-10,71
12. TOTAL MATRÍCULAS PÓS-GRADUAÇÃO (8+11)	9.378	13.267	12.896	15.633	22.186	19.584	21.357	136,57	-3,74

Fonte: PARANÁ (2013a).

Na Tabela 6, podemos verificar um grande crescimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) especialmente no período de 2003 a 2010 (governo Requião), em relação ao ano de 2002. De 2003 a 2010, o número de cursos de mestrado cresceu 98,21%: de 56 para 111 e o número de cursos de doutorado cresceu 241,67%: de 12 para 41. No governo Beto Richa (2011-2012), observa-se a redução do ritmo de crescimento da pós-graduação *stricto sensu* nas IEES paranaenses.

Na Tabela 7, apresentamos a evolução do número de servidores docentes e técnicos das IEES paranaenses, no período de 2002 a 2012.

Tabela 7 - Evolução do quadro de servidores (docentes e técnicos) das IEES paranaenses: 2002-2012

SERVIDORES	2002	2003	2006	2009	2010	2011	2012	Δ 2002- 2010	Δ 2010- 2012
1. DOCENTES EFETIVOS	5.071	5.465	5.189	5.643	5.739	5.680	6.587	13,17	14,78
2. DOCENTES TEMPORÁRIOS	773	809	1.557	1.264	1.482	1.564	1.804	91,72	21,73
3. TOTAL DOCENTES (1+2)	5.844	6.274	6.746	6.907	7.221	7.244	8.391	23,56	16,20
4. TECNICOS-ADMINISTRATIVOS EFETIVOS	7.926	8.321	8.458	8.559	7.994	6.853	7.947	0,86	-0,59
5. TECNICOS-ADMINISTRATIVOS TEMPORÁRIOS	0	0	240	232	507	419	377	-	-25,64
6. TOTAL TECNICO-ADMINISTRATIVOS (4+5)	7.926	8.321	8.698	8.791	8.501	7.272	8.324	7,25	-2,08
7. TOTAL SERVIDORES (3+6)	12.997	13.786	13.887	14.434	14.240	12.952	14.911	9,56	4,71

Fonte: PARANÁ (2013a).

Quanto ao número de servidores docentes, no período de 2003 a 2010 (governo Requião), em relação ao ano de 2002 (último ano do governo Lerner), verificamos que o número total (efetivos e temporários) cresceu 23,56%: de 5.844, em 2002, para 7.221, em 2010. Destaca-se, nesse período, que o número de docentes temporários praticamente dobrou: de 773, em 2002, para 1.482, em 2010. Esse crescimento, de 91,72% do número de docentes temporários, revela precarização das condições de trabalho da categoria docente.

No governo Beto Richa (2011-2012), o ritmo de contratação de docentes temporários foi mantido. No período de 2011-2012, em relação ao ano de 2010, o número de docentes temporários cresceu 21,73%. No ano de 2012, já os docentes temporários representavam 21,50% do número total de docentes. Esse percentual de docentes temporários supera o percentual (20,52%) observado em 2010, último ano do governo Requião.

Quanto ao número de servidores técnicos, no período de 2003 a 2010 (governo Requião), em relação ao ano de 2002 (último ano do governo Lerner), verificamos que o número total (efetivos e temporários) cresceu 7,25%: de 7.926, em 2002, para 8.501, em 2010. No governo Beto Richa (2011-2012), houve redução de 2,08% do número total de servidores técnicos (efetivos e temporários): de 8.501, em 2010, para 8.324, em 2012. Esta redução pode ser um indicativo da terceirização de serviços nas IEES paranaenses.

Apresentamos a seguir, nas tabelas 8 a 11, algumas informações, relativas ao financiamento das IEES paranaenses, tabuladas a partir de dados disponibilizados pelas Secretarias da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Na Tabela 8, apresentamos a receita de impostos e os recursos repassados pelo governo estadual para a manutenção da educação básica e das atividades de ensino nas IEES, contabilizados como despesas do Estado, constitucionalmente vinculadas, com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 8 - Recursos do Tesouro do estado repassados às IEES - Paraná e à educação básica, contabilizados como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) como percentual da receita de impostos constitucionalmente vinculada: 2003-2012 (Valores em R\$, preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	RECEITA DOS IMPOSTOS: MDE	DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR)		RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA		RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR (IEES)	
		R\$ (A)	R\$ (B)	% (B/A)	R\$ (C)	% (C/A)	R\$ (D)
2003	11.803.679.863	3.091.753.856	26,19%	2.543.565.243	21,55%	548.188.613	4,64%
2004	12.838.677.716	3.477.115.332	27,09%	2.939.713.665	22,90%	537.401.667	4,19%
2005	13.688.566.946	3.636.234.235	26,56%	3.056.687.669	22,33%	579.547.514	4,23%
2006	11.968.800.166	3.602.030.592	30,10%	2.930.859.179	24,49%	671.171.413	5,61%
2007	12.468.230.504	4.141.420.009	33,22%	3.418.247.488	27,42%	723.172.521	5,80%
2008	16.349.789.755	4.978.063.086	30,45%	4.094.958.244	25,05%	883.104.842	5,40%
2009	16.113.318.386	5.067.638.632	31,45%	4.096.591.751	25,42%	971.046.881	6,03%
2010	17.213.641.430	5.493.341.805	31,91%	4.501.343.488	26,15%	991.998.318	5,76%
2011	18.747.049.149	5.692.941.699	30,36%	4.696.788.182	25,05%	996.153.516	5,31%
2012	19.834.798.909	6.270.404.790	31,61%	5.260.810.630	26,52%	1.009.594.160	5,09%

Fonte: PARANÁ (2012a). Elaboração nossa.

Em seu primeiro mandato (2003-2006), o Governo Requião destinou, em média, 27,49% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo: 22,82% para a educação básica e 4,67% para o ensino superior (IEES). No segundo mandato (2007-2010), destinou, em média, 31,76% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo: 26,01% para a educação básica e 5,75% para o ensino superior.

A análise dos números da Tabela 8 revela que a política adotada pelo Governo Requião, no período de 2003 a 2005, resultou na redução, em termos reais, dos recursos destinados ao sistema estadual de ensino superior. Em 2003, o governo estadual destinou às IEES 4,64% da receita de impostos, constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 2004 e 2005,

esse percentual foi reduzido para 4,19% e 4,23% respectivamente. A partir de 2006, há aumento do percentual da receita de impostos destinado às IEES. Entretanto, mesmo com esse aumento, o governo Requião não retomou o percentual verificado no governo anterior, especialmente no período de 1995 a 1998.

Ao compararmos os números do Governo Requião com o governo anterior verificamos a seguinte situação: nos oito anos do Governo Lerner (1995-2002), as IEES receberam percentual médio de 7,08% da receita de impostos destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino. Nos oito anos do Governo Requião (2003-2010) as universidades receberam, em média, 5,21% da receita de impostos (REIS, 2014b).

Considerando apenas os percentuais acima, sem entrar no mérito das políticas adotadas por tais governos em relação às IEES, constatamos que o Governo Requião (2003-2010) destinou às universidades, em termos reais, menos recursos que o Governo anterior (1995-2002). Destaque-se que, no Governo anterior, o Estado era obrigado a investir 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e, a partir de 2007, no governo Requião, o percentual mínimo a ser aplicado foi ampliado para 30%.

O governo Beto Richa (2011-2012) destinou, em média, 30,99% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo: 25,79% para a educação básica e 5,20% para o ensino superior (IEES). O governo Requião (2003-2010) destinou, em média, 29,62% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo: 24,41% para a educação básica e 5,21% para o ensino superior (IEES). No governo Beto Richa (2011-2012), em relação ao governo Requião, houve uma ampliação dos recursos destinados à educação básica (de 24,41% para 25,79%). Em relação ao financiamento do ensino superior, manteve-se percentual (5,20%) equivalente ao verificado no governo Requião (5,21%).

A seguir, tomamos como referência de análise os recursos destinados à manutenção global das universidades, incluindo, além das despesas com ensino, as despesas com saúde (hospitais e clínicas vinculadas às universidades) e com ciência e tecnologia (parte das despesas com folha de pagamento dos docentes-pesquisadores). Na Tabela 9, apresentamos os recursos destinados à manutenção global das IEES (despesas com ensino, saúde e ciência e tecnologia) como percentual do ICMS (Cota estadual).

Tabela 9 - Recursos do tesouro do estado repassados às IEES - Paraná, incluindo as despesas com ensino, saúde e ciência e tecnologia, como percentual do ICMS (Cota estadual): 2003-2012 (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	ICMS ARRECADADO COTA ESTADUAL	RECURSOS TOTAIS REPASSADOS ÀS IEES-PARANÁ	% DO ICMS DESTINADO ÀS IEES-PARANÁ
2003	8.837.936,137	712.426.942	8,06
2004	9.636.548,238	701.224.323	7,28
2005	10.112.496,036	763.166.734	7,55
2006	10.272.846,456	889.422.666	8,66
2007	10.817.751,241	974.665.435	9,01
2008	11.904.444,440	1.137.645.462	9,56
2009	11.881.044,536	1.240.316.481	10,44
2010	12.742.213,331	1.314.785.972	10,32
2011	13.694.933,148	1.329.298.046	9,71
2012	14.590.194,553	1.331.964.349	9,13

Fontes: PARANÁ (2011, 2014). Elaboração nossa.

A análise dos números da Tabela 9 demonstra que, durante o primeiro mandato do Governo Requião, no período de 2003 a 2005, houve queda do percentual do ICMS (Cota estadual) destinado ao financiamento das IEES paranaenses. Em 2004, verificou-se o menor percentual do ICMS (7,28%) destinado às IEES desde 1995. As IEES receberam, em 1995, 8,95% do ICMS para a manutenção global de suas atividades (REIS, 2014c).

No segundo mandato do Governo Requião (2007-2010), houve ampliação do percentual do ICMS destinado às IEES. Em 2010, último ano do Governo Requião, as IEES receberam 10,32% do ICMS. Ampliação, em termos reais, de 15,70% em relação ao ano de 2002 (último ano do governo Lerner), quando foram destinados 8,92% do ICMS ao financiamento das IEES, de acordo com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (REIS, 2014c).

Entretanto, uma análise da evolução dos recursos destinados às IEES, desde 1995, demonstra que a ampliação do percentual do ICMS destinado às universidades, no período de 2006 a 2010, não resolveu completamente o problema de subfinanciamento dessas instituições. Tal conclusão decorre da comparação do percentual médio do ICMS destinado às universidades nos Governos Lerner (1995-2002) e Requião (2003-2010).

Conforme Reis (2014c), o Governo Lerner (1995-2002) destinou às universidades um percentual médio de 10% da receita do ICMS (Cota estadual) e o Governo Requião (2003-2010) destinou percentual médio de 8,86%. Em 1997, ano de implantação da carreira dos docentes e técnicos, as IEES recebe-

ram 12,88% da receita do ICMS (Cota estadual) que foi o mais alto percentual do ICMS destinado às IEES no período de 1995 a 2012.

O governo Beto Richa destinou para o financiamento global das universidades, nos anos de 2011 e 2012, 9,71% e 9,13%, respectivamente, da receita do ICMS (Cota estadual). Tais percentuais são pouco inferiores aos percentuais destinados nos dois últimos anos do governo Requião.

Na Tabela 10, apresentamos os recursos destinados à manutenção global das universidades (despesas com ensino, saúde e ciência e tecnologia) como percentual das despesas com o Serviço da dívida total do Estado. A análise dos números contidos na Tabela 10 demonstra que no período de 2003 a 2012 houve crescimento dos recursos destinados às IEES em relação às despesas com o Serviço da dívida total do Estado. Em 2003, os recursos destinados às IEES representavam 30,83% das despesas com o Serviço da dívida total do Estado e em 2012 passaram a representar 61,11%. Isso significa que em 2003, para cada real destinado às IEES, o Estado empregava 3,24 reais com as despesas com o Serviço da dívida total do Estado e em 2012 o Estado passou a empregar 1,64 reais para cada real destinado às IEES.

Tabela 10 - Recursos do Tesouro do estado repassados às IEES - Paraná, incluindo as despesas com ensino, saúde e ciência e tecnologia, como percentual das despesas com o Serviço da Dívida Total do Estado: 2003-2012 (Valores em R\$, preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	SERVIÇO COM A DÍVIDA TOTAL DO ESTADO (A)	RECURSOS DESTINADOS ÀS IEES (B)	B/A %	A/B R\$
2003	2.311.029.780	712.426.942	30,83%	3,24
2004	2.143.136.596	701.224.323	32,72%	3,06
2005	2.076.615.139	763.166.734	36,75%	2,72
2006	1.835.673.859	889.422.666	48,45%	2,06
2007	1.950.444.034	974.665.435	49,97%	2,00
2008	2.061.417.097	1.137.645.462	55,19%	1,81
2009	1.925.241.456	1.240.316.481	64,42%	1,55
2010	2.054.609.677	1.314.785.972	63,99%	1,56
2011	2.154.296.248	1.329.298.046	61,70%	1,62
2012	2.179.748.910	1.331.964.349	61,11%	1,64

Fontes: PARANÁ (2013b, 2014). Elaboração nossa.

Em 2003, as despesas com o Serviço da dívida total do Estado representavam 12,13% das despesas totais do Estado em todas as funções e os recursos destinados à manutenção global das universidades (despesas com ensino, saúde e ciência e tecnologia) representavam 3,74%. No período de 2003 a 2012, os dispêndios com o Serviço da dívida foram reduzidos e os recursos destinados às

IEES ampliados. Em 2012, as despesas com o Serviço da dívida total do Estado passaram a representar 6,98% e os recursos destinados às IEES 4,27% das despesas totais do Estado.

Apesar da redução do percentual das despesas com o Serviço da dívida no período de 2003 a 2012, as IEES receberam em média, nesse mesmo período, menos da metade dos recursos destinados às despesas com o Serviço da dívida. O percentual médio (2003-2012) destinado ao Serviço da dívida foi 8,76% das despesas totais do Estado enquanto as IEES receberam o percentual médio de 4,24%.

Na Tabela 11, apresentamos um comparativo dos recursos destinados à manutenção global das universidades (gastos com ensino, saúde e ciência e tecnologia) como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná.

Tabela 11 - Recursos do Tesouro do estado repassados às IEES - Paraná, incluindo gastos com ensino, saúde e ciência e tecnologia, como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná: 2003-2012 (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	PIB – PARANÁ (A)	RECURSOS DESTINADOS ÀS IEES (B)	(B)/(A) %
2003	193.101.533.320	712.426.942	0,37
2004	202.619.911.964	701.224.323	0,35
2005	196.166.574.201	763.166.734	0,39
2006	203.061.201.807	889.422.666	0,44
2007	231.732.829.347	974.665.434	0,42
2008	243.275.716.306	1.137.645.462	0,47
2009	245.820.211.446	1.240.316.481	0,50
2010	267.653.559.223	1.314.785.972	0,49
2011	276.496.126.424	1.329.298.046	0,48
2012	280.295.545.257	1.331.964.349	0,48

Fontes: IPARDES (2013); PARANÁ (2011, 2013a). Elaboração nossa.

A análise dos números contidos na Tabela 11 demonstra que, no período de 2003 a 2010, especialmente a partir de 2006, ocorreu aumento dos recursos destinados às IEES em relação ao PIB do Paraná: em 2003, foi destinado às IEES o percentual de 0,37% do PIB e, em 2010, 0,49% do PIB. No período de 2003 a 2010, o percentual médio do PIB destinado ao financiamento das IEES foi de 0,43%. No governo Lerner (1995-2002), foi destinado ao financiamento do ensino superior exatamente o mesmo percentual (0,43%) do PIB (PARANÁ, 2012). No governo Beto Richa (2011-2012), de acordo com informações disponibilizadas nos Balanços Gerais do Estado, o percentual destinado foi igual em 2011 e 2012: 0,48% do PIB, para o financiamento das IEES (PARANÁ, 2013b).

O financiamento do ensino profissional no Paraná (2003 a 2012)

Nesta seção, analisamos o financiamento do ensino profissional na rede pública estadual do Paraná no período de 2003 a 2012, tomando como parâmetro os recursos destinados exclusivamente ao ensino profissional e contabilizados como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Para este entendimento foram considerados, para efeito de cálculo dos recursos específicos, aqueles destinados à manutenção, criação e expansão de cursos técnicos de nível médio, ofertados pela rede pública estadual. Na sequência, apresentamos alguns dados da situação educacional paranaense, com ênfase para os dados da oferta de ensino profissional na rede pública estadual e, ainda, compararmos os recursos destinados ao ensino profissional com as despesas com o Serviço da dívida total do estado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná.

Na Tabela 12, apresentamos um panorama geral do número total de matrículas do ensino médio regular, integrado, subsequente e nas modalidades de oferta PROEJA e EJA – ensino médio no estado do Paraná de 2003 a 2012. As informações apresentadas foram sistematizadas a partir dos dados disponíveis *online* no sistema *SEED em números* (PARANÁ, 2011, 2012 e 2013). Os números sistematizados na Tabela 12 apresentam pequenas diferenças com os dados do Censo Escolar INEP/MEC. Considerando que os dados da SEED/PR permitem melhor detalhamento dos cursos, matrículas e escolas, optamos por tratar os dados a partir dessa fonte.

Tabela 12 - Total geral de matrículas do ensino médio (EM) regular, integrado, subsequente, PROEJA e EJA/EM – educação de jovens e adultos na rede estadual do Paraná: 2003-2012

ANO	EM-Regular	EM Integrado	EM Subsequente	PROEJA	EJA-EM	TOTAL
2003	375.394	---	3.902	---	28.100	407.396
2004	370.441	6.121	2.771	---	26.610	405.943
2005	355.235	18.755	24.470	---	21.528	419.968
2006	381.844	28.834	29.783	---	20.142	460.603
2007	364.205	34.180	27.604	---	73.064	499.053
2008	358.249	37.814	23.900	1.149	78.505	499.617
2009	361.343	40.294	25.306	1.900	63.303	492.146
2010	352.375	43.686	35.275	2.169	81.047	514.552
2011	359.373	45.057	35.289	1.317	69.593	510.629
2012	353.633	43.834	32.028	859	57.314	487.668

Fontes: PARANÁ (2013c); DEITOS et al. (2012).

Notas: Foram atualizados os dados de 2012. Sistematizamos aqui apenas os dados referentes ao ensino médio em suas diversas modalidades de oferta, incluindo as modalidades de ensino médio integrado e subsequente, referentes à oferta dos cursos de formação docente da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental (Normal/magistério).

Pelos dados da Tabela 12, constatamos que há queda na evolução das matrículas do ensino médio regular no estado do Paraná e um relativo aumento nas matrículas do ensino médio integrado e subsequente, incluindo-se nestes dados as matrículas dos cursos de formação docente (Normal/magistério).

O crescimento mais estável tem sido o do EM-Integrado, mesmo apresentando queda no volume de matrículas em relação aos dados de 2011. Em 2010, o EM-Regular representava 68,48% do total de matrículas na rede estadual. Em 2012, representava 72,51. Houve pequeno volume de matrículas no Ensino médio/PROEJA, desde a sua implantação, e vem apresentando queda substancial nos últimos dois anos, como observamos na Tabela 12, com indícios de provável cancelamento da oferta da referida modalidade. No ano de 2010, o volume de matrículas no EM-integrado e subsequente juntos representava 15,3% do total de matrículas da rede estadual. Em 2012, juntos passaram a representar 15,2%. Houve, portanto, queda pequena no número de matrículas do EM-Regular, EM-Integrado e do subsequente, além do baixo número de matrículas na modalidade PROEJA.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 2012b), no ano de 2010, o número total de alunos matriculados na rede pública estadual de educação básica correspondia a 1.368.142 matrículas. Especificamente, em relação aos dados do ensino médio (EM) regular e das modalidades de ensino médio integrado, subsequente e PROEJA, a de formação docente (Normal/magistério) e o EM-EJA – educação de jovens e adultos, o total de matrículas correspondia a 514.552 alunos, em 2010. Com relação aos dados correspondentes ao ano de 2012, o número total de alunos matriculados na rede pública estadual de educação básica correspondia a 1.285.029 matrículas. Especificamente, em relação aos dados do ensino médio (EM) regular e das modalidades de ensino médio integrado, subsequente e PROEJA, a de formação docente (Normal/magistério) e o EM-EJA – educação de jovens e adultos, o total de matrículas correspondia a 487.668 alunos, em 2012.

Em 2010, o estado do Paraná mantinha 412 escolas estaduais que ofertavam cursos de ensino profissional integrado ao ensino médio, 493 escolas que ofertavam cursos de ensino profissional técnico na modalidade subsequente e 24 escolas que ofertavam cursos de ensino profissional integrado à educação de jovens e adultos – PROEJA.

Em 2012, o estado do Paraná mantinha 532 escolas estaduais que ofertavam cursos de ensino profissional integrado ao ensino médio, 547 escolas que ofertavam cursos de ensino profissional técnico na modalidade subsequente e 35 escolas que ofertavam cursos de ensino profissional integrado à educação de jovens e adultos – PROEJA.

Os recursos para financiar a educação profissional, em suas diferentes modalidades ofertadas pela rede pública estadual, têm origem nas receitas cons-

titucionalmente vinculadas para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). No estado do Paraná, não há uma legislação que garanta uma fonte específica e permanente para o financiamento do ensino profissional, ou seja, uma parte dos recursos destinados ao ensino profissional, em suas diversas modalidades, está diluída no conjunto dos gastos com a educação básica e uma parte aparece de forma separada dos gastos gerais com a educação básica, como é o caso de parte considerável dos investimentos e gastos com a manutenção e expansão do ensino profissional, em especial com os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio oferecidos em escolas da rede pública estadual. Os gastos aqui tratados, portanto, referem-se especificamente aos destinados diretamente para a criação, expansão e manutenção parcial de cursos técnicos profissionais oferecidos pela rede pública estadual e que são contabilizados financeiramente separados do restante dos gastos com ensino médio (e profissional), que estão incluídos (diluídos) nos gastos totais com a educação básica, na subfunção ensino médio.

Os recursos destinados ao ensino profissional (Tabela 13) dizem respeito à educação profissional no ensino médio de nível técnico, à educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio - PROEJA e à educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível fundamental - FIC. Não estão incluídas as despesas com o ensino profissional integrado ao ensino médio regular e normal/magistério. Tais despesas, portanto, encontram-se diluídas nas despesas com a educação básica.

Em seu primeiro mandato (2003-2006), o Governo Requião destinou, em média, 27,49% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo 22,82% para a educação básica. Para o ensino profissional, destinou, em média, 0,07% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e 0,31% dos recursos destinados à educação básica.

Em seu segundo mandato (2007-2010), o Governo Requião destinou, em média, 31,76% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo 26,01% para a educação básica. Para o ensino profissional, destinou, em média, 0,12% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e 0,47% dos recursos destinados à educação básica.

A análise dos números da Tabela 13 revela que o Governo Requião ampliou os investimentos na educação profissional no seu segundo mandato. No ano de 2007, observamos o maior índice de investimento na educação profissional. A partir de então, há um preocupante declínio. Em 2010, último ano do governo Requião, foi destinado para a educação profissional 0,02% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e 0,09% dos recursos destinados à educação básica.

Tabela 13 - Recursos do Tesouro do estado como gastos com ensino profissional – Paraná, excluídos os recursos do ensino profissional integrado ao ensino médio regular e normal/magistério, no período de 2003 a 2012, contabilizados como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) como percentual da receita de impostos constitucionalmente vinculada: 2003-2012 (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	RECEITA DOS IMPOSTOS: MDE	RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA		RECURSOS DESTINADOS AO ENSINO PROFISSIONAL (EP)		
	R\$ (A)	R\$ (B)	% (B/A)	R\$ (C)	% (C/A)	% (C/B)
2003	11.803.679.863	2.543.565.243	21,55%	----- ¹	-----	-----
2004	12.838.677.716	2.939.713.665	22,90%	6.773.486	0,05	0,23
2005	13.688.566.946	3.056.687.669	22,33%	10.104.335	0,07	0,33
2006	11.968.800.166	2.930.859.179	24,49%	11.019.989	0,09	0,38
2007	12.468.230.504	3.418.247.488	27,42%	35.510.444	0,28	1,04
2008	16.349.789.755	4.094.958.244	25,05%	17.301.518	0,11	0,42
2009	16.113.318.386	4.096.591.751	25,42%	13.531.708	0,08	0,33
2010	17.213.641.430	4.501.343.488	26,15%	3.994.664	0,02	0,09
2011	18.747.049.149	4.696.788.182	25,05%	2.821.955	0,02	0,06
2012	19.834.798.909	5.260.810.630	26,52%	54.126.596	0,27	1,03

Fonte: PARANÁ (2012a). Elaboração nossa.

Nota: (1) No ano de 2003, por decorrência da política adotada pelo governo anterior (Lerner: 1995-2002), não houve destinação orçamentária de recursos para financiar o ensino profissional. Houve despesas específicas para o ensino profissional por ocasião de financiamento externo contraído junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 1996; DEITOS, 2000).

O governo Beto Richa, nos dois primeiros anos do mandato (2011-2012), destinou, em média, 30,99% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo 25,79% para a educação básica. Os recursos destinados à educação profissional representaram, em média, 0,15% da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino e 0,55% dos recursos destinados à educação básica.

No ano de 2012 os recursos destinados à educação profissional praticamente se igualaram aos recursos destinados no ano de 2007, quando a educação profissional apresentou a melhor situação do ponto de vista do seu financiamento.

Na Tabela 14, apresentamos os recursos destinados ao ensino profissional, no período de 2003 a 2012, como percentual das despesas com o Serviço da dívida total do Estado.

Tabela 14 - Recursos do tesouro do estado destinados ao ensino profissional - Paraná, excluídos os recursos do ensino profissional integrado ao ensino médio regular e normal/magistério, no período de 2003 a 2012, como percentual das despesas com o Serviço da Dívida Total do Estado (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	SERVIÇO COM A DÍVIDA TOTAL DO ESTADO (A)	RECURSOS DESTINADOS ENSINO PROFISSIONAL (B)	% B/A	R\$ A/B
2003	2.311.029.780	—1	----	----
2004	2.143.136.596	6.773.486	0,32	316,40
2005	2.076.615.139	10.104.335	0,49	205,52
2006	1.835.673.859	11.019.989	0,60	166,58
2007	1.950.444.034	35.510.444	1,82	54,93
2008	2.061.417.097	17.301.518	0,84	119,15
2009	1.925.241.456	13.531.708	0,70	142,28
2010	2.054.609.677	3.994.664	0,19	514,34
2011	2.154.296.248	2.821.955	0,13	763,41
2012	2.179.748.910	54.126.596	2,48	40,27

Fontes: PARANÁ (2013b, 2014). Elaboração nossa.

Nota: (1) No ano de 2003, por decorrência da política adotada pelo governo anterior, Lerner (1995-2002), não houve destinação orçamentária de recursos para financiar especificamente o ensino profissional. Houve despesas específicas para o ensino profissional por ocasião de financiamento externo contraído junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. (BID, 1996; DEITOS, 2000).

A análise dos números da Tabela 14 demonstra que, no período de 2003 a 2009, houve crescimento dos recursos destinados ao ensino profissional, em relação às despesas com o Serviço da dívida total do Estado, com destaque para a significativa melhora no ano de 2007. Em 2004, os recursos destinados ao ensino profissional representavam 0,32% das despesas com o Serviço da dívida total do Estado e em 2007 passaram a representar 1,82%. A partir de então houve queda e somente em 2012 vai ocorrer significativa melhora. Em 2004, para cada real destinado ao ensino profissional, o Estado dispendia R\$ 316,40 com as despesas com o Serviço da dívida total do Estado. A partir de então, verificamos um aumento dos recursos destinados à educação profissional quando em relação aos dispendidos com o Serviço da dívida. Em 2010 e 2011, os recursos destinados à educação profissional foram reduzidos em relação às despesas com o Serviço da dívida pública. Em 2012, a educação profissional passou a receber a maior parcela de recursos, desde 2003, quando comparada às despesas com o Serviço da dívida: para cada real destinado ao ensino profissional, o Estado dispendia R\$ 40,27 com as despesas com o Serviço da dívida total do Estado.

Como vimos anteriormente, houve redução do percentual das despesas do Estado com o Serviço da dívida no período de 2003 a 2012. Nesse mesmo

período, o ensino profissional recebeu, aproximadamente, R\$ 155,185 milhões, representando 0,56% do total dos R\$ 20,692 bilhões destinados ao Serviço da dívida nos anos de 2003 a 2012.

Na Tabela 15, apresentamos um comparativo dos recursos destinados ao ensino profissional, excluídos os recursos do ensino profissional integrado ao ensino médio regular e normal/magistério, como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná.

Tabela 15 - Recursos do Tesouro do estado repassados ao Ensino Profissional - Paraná, excluídos os recursos do ensino profissional integrado ao ensino médio regular e normal/magistério, como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná: 2003-2012 (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA)

ANO	PIB – PARANÁ (A)	RECURSOS DESTINADOS AO ENSINO PROFISSIONAL (B)	(B)/(A) %
2003	193.101.533.320	_____ ¹	0,000
2004	202.619.911.964	6.773.486	0,003
2005	196.166.574.201	10.104.335	0,005
2006	203.061.201.807	11.019.989	0,005
2007	231.732.829.347	35.510.444	0,015
2008	243.275.716.306	17.301.518	0,007
2009	245.820.211.446	13.531.708	0,006
2010	267.653.559.223	3.994.664	0,001
2011	276.496.126.424	2.821.955	0,001
2012	280.295.545.257	54.126.596	0,019

Fontes: IPARDES (2013) PARANÁ (2012a). Elaboração nossa.

Nota: (1) No ano de 2003, por decorrência da política adotada pelo governo anterior, Lerner (1995-2002), não houve destinação orçamentária de recursos para financiar especificamente o ensino profissional. Houve despesas específicas para o ensino profissional por ocasião de financiamento externo contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 1996; DEITOS, 2000).

A análise dos números contidos na Tabela 15 demonstra que os recursos destinados ao ensino profissional, no período de 2003 a 2012, excluídos os recursos do ensino profissional integrado ao ensino médio regular e normal/magistério, como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná foram muito baixos. Os melhores anos foram 2007 e 2012, quando os recursos destinados ao ensino profissional representaram 0,015% e 0,019%, respectivamente do PIB do estado do Paraná. No ano de 2004, os recursos destinados representaram apenas 0,003% do PIB e 2010 foram 0,002% do PIB; a pior situação ocorreu no ano de 2011, com os pífios 0,001% destinados ao financiamento do ensino profissional.

Considerações finais

No período de 2003 a 2012, o estado do Paraná comprometeu um significativo montante de recursos do orçamento para garantir o pagamento da dívida pública. Apesar disso, o montante da dívida pública do Estado continuou crescendo. Em dezembro de 2002, a dívida do Estado era de R\$ 25,126 bilhões. No período de 2003 a 2012, o Paraná destinou R\$ 20,689 bilhões para as despesas com o Serviço da dívida e, em 31 de dezembro de 2012, ainda, continuava devendo R\$ 20,041 bilhões.

Quanto ao financiamento das IEES paranaenses, a análise do percentual da receita de impostos, constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, e do ICMS (cota-estadual) destinado às IEES revelou que o Governo Requião, no período de 2003 a 2005, reduziu, em termos reais, os recursos destinados ao sistema estadual de ensino superior. A partir de 2006, há aumento dos recursos destinados às IEES. Entretanto, mesmo com esse aumento, o governo Requião não retomou o percentual de investimento verificado no governo anterior (1995-2002) (REIS, 2014b). Nos oito anos do Governo Requião (2003-2010), as IEES receberam, em média, 5,21% da receita de impostos destinada constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino; nos oito anos do Governo Lerner (1995-2002), as IEES receberam um percentual médio de 7,08% dessa mesma receita. Quanto à receita do ICMS (Cota-estadual), nos oito anos do Governo Requião (2003-2010) as IEES receberam, em média, 8,86%; no Governo Lerner (1995-2002), as IEES receberam um percentual médio de 10% do ICMS (Cota estadual) (REIS, 2014c).

No governo Beto Richa (2011-2012), as IEES receberam um percentual médio de 9,42% do ICMS (Cota estadual) e 5,20% da receita de impostos destinada constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Entendemos que apenas dois anos de mandato de um governo é um período muito curto para que possamos indicar uma análise conclusiva a respeito do comportamento do governo, em relação ao financiamento da educação superior. Porém, os dados destes dois primeiros anos de mandato indicam que o governo Beto Richa não atingiu o mesmo patamar verificado no governo Lerner (1995-2002) (REIS, 2014b) e se equipara ao governo Requião, com uma pequena vantagem, quando se compara o percentual médio do ICMS (Cota estadual) destinado ao financiamento do ensino superior.

Quanto ao financiamento do ensino profissional no Paraná (2003-2012), nossa análise demonstrou que o Governo Requião ampliou um pouco os investimentos na educação profissional no seu segundo mandato. No ano de 2007, observamos o maior índice de investimento na educação profissional: 0,28% da receita de impostos constitucionalmente destinada à manutenção e

desenvolvimento do ensino e 1,04% dos recursos destinados à educação básica. Em 2010, último ano do governo Requião, o ensino profissional recebeu 0,02% da receita de impostos destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino e 0,09% dos recursos destinados à educação básica. Em 2012, o ensino profissional recebeu 1,03% dos recursos destinados à educação básica, percentual, praticamente, idêntico ao verificado em 2007.

No Brasil, e em outros países da América Latina, mesmo os chamados governos de “centro-esquerda” vêm realizando políticas macroeconômicas que priorizam, por meio do superávit primário, a destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida pública:

O Sistema da Dívida opera no Brasil principalmente por meio do modelo econômico focado no alcance de metas de Superávit Primário, no regime de Matas de Inflação (ancorado em políticas de juros altos e controle da base monetária, que representam garantias e privilégios ao setor financeiro), além de uma série de políticas nocivas ao País, tais como a prática de juros altos; as privatizações de setores estatais estratégicos; liberdade total para os fluxos de capitais; isenção tributária sobre os rendimentos proporcionados pelos mais elevados juros do mundo pagos pelo Brasil e outros privilégios tributários para o setor financeiro e grandes corporações e pesada carga tributária para a classe trabalhadora (FATTORELLI, 2013, p. 43-44).

Tal prioridade não permite uma ampliação significativa dos investimentos em políticas sociais e reduz as possibilidades de acesso da juventude brasileira à educação superior e profissional pública, gratuita e de qualidade. Tais modalidades de educação, pela ausência do Estado, têm se convertido em atividade lucrativa para o setor empresarial. Nesse contexto, destaca-se o atual Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado, em 2011, pela presidente Dilma Rousseff (BRASIL, 2011). Esse programa dá continuidade à política expansionista do governo do presidente Lula e se constitui no mais audacioso e generoso processo de privatização da educação profissional desde a “Era Vargas” no Brasil. Este programa possibilita a fluidez de políticas de profissionalização articuladas como parceira público-privada no campo educacional e vem mobilizando de 2011 a 2014 mais de 20 bilhões de reais. Destes, a maioria dos recursos (perto de 70%) fica com os setores privados de ensino (BRASIL, 2012; IFFECT/RN, 2013).

Desta forma, o direito à educação, previsto na Constituição Federal, tem sido convertido em mercadoria, com o apoio de governos de diferentes matizes cuja prioridade continua sendo o ajuste fiscal para honrar o pagamento da dívida pública. Na atual crise do capitalismo, de acordo com Lupatini (2012) e Fattorelli (2013), a dívida pública se converteu em mecanismo de drenagem dos recursos públicos para a valorização do capital, sobretudo do capital fictício, ao mesmo

tempo em que submete os povos cada vez mais a um processo social destrutivo e desumanizador.

Referências

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. **Programa de mejoramiento de la educación secundaria en el Estado de Paraná.** (Número de operación 950/OC/BR). Washington, D.C.: BID, 1996.
- BOSIO, Q. F. F. **Financiamento da política pública para a educação profissional no Estado do Paraná.** 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.
- BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 27 out. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Avaliação** - Plano plurianual - 2008-2011. Avaliação Setorial. Exercício 2012. Ano base 2011. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <<http://www.pdi.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=501>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- DEITOS, R. A. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BRID:** os motivos e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.
- DEITOS, R. A. **Estado e política de educação profissional:** os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional paranaense. 2013. Relatório de estágio (Pós-Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. (Apoio e financiamento da Fundação Araucária/SETI/Governo do Paraná).
- DEITOS, R. A.; ZANARDINI, I. M.; ZANARDINI, J. B.; FIGUEIREDO, I. M. Z. O PROEJA como política pública: aspectos socioeducacionais, políticos e institucionais. In: ZANARDINI, I. M. S.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. da (Orgs.). **Produção do conhecimento no PROEJA:** cinco anos de pesquisa. Curitiba: UTFPR, 2012. p. 65-102.
- FATTORELLI, M. L. **Auditoria cidadã da dívida dos estados.** Brasília: Inove, 2013.
- GUTIERREZ, G. L.; CATANI, A. M. Participação, conflito e autonomia financeira: a greve de 1994 nas universidades públicas do estado de São Paulo, Brasil. In: CATANI, A. M. (Org.). **Universidade na América Latina:** tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996. p. 90-114.
- IFECT/RN - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Pós-Graduação em Educação. COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., Rio Grande do Norte, 2013. **Anais...** Natal: IFECT/RN, 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/coloquioeducacao2013>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Produto Interno Bruto do Paraná a preços correntes de mercado:** 1995-2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/tabc_pib_01.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2013.

LUPATINI, M. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, E. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 59-91.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Constituição do estado do Paraná.** 1989. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&ssite=1>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Grupo de Planejamento Setorial. **Tabela 09 A – Valores correntes – receita (ICMS arrecadado) Despesa do Estado com educação e com ensino superior.** 2003-2010. Curitiba, 2011. (Não publicado, mimeo).

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR. **Relatório e parecer prévio das contas do governador:** Exercício Financeiro (2000-2012). Disponível em: <<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/contas-do-governador/70>>. Acesso em: 3 fev. 2012a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED. Superintendência de Desenvolvimento Educacional. Diretoria de Tecnologia Educacional. **Tabela 1 - 2012 - Totais de escolas, turmas e matrículas da rede estadual do Paraná.** Curitiba – PR: SEED, 2012b.

PARANÁ. **Censo acadêmico.** 2002-2012. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em: 3 nov. 2013a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. Coordenação de Administração Financeira do Estado. **Relatório de gestão fiscal - 3º quadrimestre de 2012.** Audiência Pública. Assembleia Legislativa do Paraná. 4 mar. de 2013. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/audienciapublica/2012/LRFDEZEMBRO2012.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2013b.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED. **Seed em números.** Totais de escolas, turmas e matrículas da rede estadual do Paraná. Referências: 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012a; 2012b e 2013a. Curitiba, PR. Disponível: <http://www4.pr.gov.br>. Acessos em: nov. 2011; mar., abr., set. 2012; 14 fev. 2013c.

PARANÁ. Divisão de Contabilidade Geral. **Balanço geral do Estado:** exercício de 2003-2012. Disponível em: <http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/balanco.jsp>. Acesso em: 14 jan. 2014.

REIS, L. F. A “concessão” governamental de autonomia e financiamento nas universidades estaduais do Paraná. **Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, ano XXIII, n. 53, p. 74-87, fev. 2014. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-2001969914.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014a.

REIS, L. F. **Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino:** 1995-2012. 2014b. (Não publicado).

REIS, L. F. **Recursos do Tesouro destinados ao financiamento global das IEES paranaenses no período de 1995 a 2012 como percentual do ICMS (Cota estadual).** 2014c. (Não publicado).

Recebido em 27/07/2014

Aceito em 04/05/2015